

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI N.º 680/2022 - REVOGA A LEI MUNICIPAL N.º 565/2015 E ALTERA O
PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTÁGIO REMUNERADO NO ÂMBITO
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

LEI N.º 680/2022

DATA: 29 de Abril de 2022.

SÚMULA: Revoga a lei Municipal N.º 565/2015 e altera o Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado no âmbito da Administração Municipal.

A câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º -. Fica alterado o Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado, que obedecerá ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único – O Programa referido no caput deste artigo consiste no oferecimento de estágio nos órgãos e entidades da administração direta e indireta deste município, para estudantes de estabelecimentos vinculados a estrutura do ensino público e particular, do ensino superior, ou curso técnico que sejam reconhecidos pelo MEC.

Art. 2º - O Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado objetiva proporcionar ao estudante de curso técnico profissionalizantes, graduação e pós-graduação, contato com o mercado de trabalho, experiência e prática profissional, complemento de ensino e aprendizagem na promoção de aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano.

§ 1º - O estágio destina-se exclusivamente aos estudantes regularmente matriculados, com rendimento escolar satisfatório e residente e domiciliados no Município de São José das Palmeiras.

§ 2º - Somente serão admitidos como estagiários os estudantes de cursos cujas áreas estejam diretamente relacionadas com as atividades desenvolvidas pela entidade ou órgão onde deverá ser realizado.

§ 3º - Para efeito de comprovação no disposto nos parágrafos anteriores será exigido do estudante, quando de sua inscrição, certidão de que está regularmente matriculado em curso superior, com demonstrativo de notas e frequência, fornecido pela instituição de ensino.

§ 4º - É obrigação da administração municipal assegurar a presença de supervisor de estágio no órgão ou entidade em que estiver funcionando o programa de que trata esta Lei.

§ 5º - Os alunos candidatos ao estágio serão indicados pelos respectivos estabelecimentos de ensino e selecionados pela Secretaria de Educação.

Art. 3º - A duração do estágio será ajustada entre as partes interessadas, obedecendo-se o limite mínimo de seis meses e máximo de vinte e quatro meses.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese o estagiário poderá, nesta função, ser admitido em qualquer outro órgão ou entidade da administração municipal após o período máximo de estágio previsto nesta Lei.

Art. 4º - O estagiário cumprirá jornada mensal e receberá bolsa estágio no valor de acordo com a tabela I, do Anexo Único desta Lei, devendo esse regime ser compatibilizado e sem prejuízo com o horário escolar.

Inciso I - Nos períodos de férias escolares, a jornada que trata o “caput” do artigo, será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e o órgão ou entidade da administração municipal, à qual estiver vinculado.

Inciso II - A remuneração prevista na tabela I do Anexo Único desta Lei incidirá nos contratos firmados a partir de sua aprovação, podendo ser reajustada mediante Decreto.

Art. 5º - A efetivação do estágio dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso entre o estagiário e a Prefeitura, devendo participar obrigatoriamente, como interveniente, a instituição de ensino em que o estudante encontra-se matriculado, ou a entidade

selecionada para executar esse programa, garantindo, sempre, a prevalência do interesse público.

Parágrafo Único - Independente de outros direitos previstos em Leis Federais e Estaduais fica assegurado ao estagiário: I – seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei Federal nº 87.497, de 18 de agosto de 1982;

Art. 6º - Os estudantes beneficiários do Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado não estabelecerão, sob qualquer hipótese, vínculo empregatício com os órgãos e entidades da administração municipal direta e indiretamente.

Art. 7º - O termo de compromisso ficará automaticamente revogado, a partir do momento em que o estagiário, por qualquer motivo, deixar de frequentar o curso para o qual foi matriculado, especialmente os seguintes:

Inciso I - Automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso;

Inciso II - Por abandono, caracterizado por ausência não justificada por oito dias consecutivos ou quinze dias intercalados no período de um mês;

Inciso III - Por conclusão ou interrupção do curso na instituição de ensino;

Inciso IV - A pedido do estagiário;

Inciso V - Por interesse e conveniência da administração pública.

Art. 8º - O poder executivo está autorizado a firmar convênio com Agente de Integração ou Entidade de Ensino Público ou Privado para execução das providências relativas ao recrutamento e seleção dos beneficiários do Programa objeto da presente Lei, bem como, contratar entidade pública ou privada, para efetuar a execução desse programa.

Art. 9º - O número previsto de vagas, para estágios objeto da presente Lei é de até 33 (trinta e três), conforme a necessidade de cada departamento, inclusive sua distribuição por entidade e órgão da administração direta e indireta, conforme disposição na tabela II, do Anexo Único desta Lei.

Art. 10º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 565/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, aos 29 dias de Abril de 2022.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TABELA I
DA JORNADA DE TRABALHO E VALORES DA BOLSA
ESTÁGIO

Carga Horária	Valor R\$
20 horas semanais – Técnico Profissionalizante	R\$ 800,00
30 horas semanais – Técnico Profissionalizante	R\$ 1.000,00
20 horas semanais – Graduação	R\$ 1.000,00
30 horas semanais – Graduação	R\$ 1.200,00
20 horas semanais – Pós-Graduação	R\$ 1.400,00
30 horas semanais – Pós-Graduação	R\$ 1.600,00

TABELA II
DAS VAGAS DE ESTÁGIO

Órgão	Vagas
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	14 vagas
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	03 vagas
Secretaria de Finanças	02 vagas
Secretaria de Administração	05 vagas
Secretaria de Saúde	05 vagas
Secretaria de Assistência Social	04 vagas

Publicado por:

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 02/05/2022. Edição 2508
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>